



Empresário nega ilegalidades em negócios feitos por doleiro

Marcos Oliveira/Agência Senado



Sócio da empresa Sanko-Sider, que admite pagamento de R\$ 38 milhões a Alberto Youssef para representá-lo em empreiteiras que prestam serviço à Petrobras, garantiu que contratos tiveram notas fiscais registradas na Receita

Em depoimento à CPI Mista da Petrobras, o empresário Márcio Bonilho defendeu as transações que fez com o doleiro Alberto Youssef, preso por suspeita de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Segundo Bonilho, os pagamentos foram comissão por intermediação de vendas a empreiteiras. **3**

Em sessão conduzida por Gim (D), Bonilho informou que normalmente pagava comissões de 5% das vendas, mas que Youssef recebia 15%

Especialistas apoiam detecção precoce do autismo **6**

Anúncio de novos ministros repercute no Senado **2**

Assédio sexual deve ser denunciado, diz advogada

Luiza Nagib Eluf defende que mulheres tomem coragem e denunciem casos de assédio sexual no trabalho. O tema foi debatido no Projeto Quintas Femininas, em audiência que também tratou da participação das mulheres no Parlamento. **8**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Procuradoria Especial da Mulher do Senado reuniu especialistas para debater o assédio sexual no ambiente de trabalho

Militares sairão aos poucos do Haiti, informa embaixador

Em sabatina na CRE, o embaixador indicado para o Haiti, Fernando Vidal, anunciou que a força militar da ONU vai

permanecer no país até 2016. Na reunião, a comissão aprovou também embaixadores para o Nepal e a Jamaica. **4**



A sabatina dos embaixadores Fernando Vidal, Carlos den Hartog e Maria Teresa Pessoa foi presidida por Suplicy (2º à dir.)

Lei incentiva luta contra o câncer de próstata **5**

Governo quer mais debate sobre ONGs **7**

Gráfica celebra o 51º aniversário **2**

Para senadores, Embrapa deve ser prioridade **8**

Congresso votará Código de Processo Civil **3**



Curso de férias a distância com tutoria
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Conheça este e outros cursos em www.senado.leg.br/ead

Pré-matrícula: de 2 a 5/12/14
Curso: de 9/12/14 a 9/2/15

em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo



Aliados do governo elogiaram os nomes anunciados para os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, além da continuidade no Banco Central. A oposição apontou incongruência com o discurso de campanha



Alexandre Tombini, Nelson Barbosa e Joaquim Levy em entrevista coletiva no Palácio do Planalto após o anúncio

Nova equipe econômica repercute entre senadores

SENADORES COMENTARAM A nova equipe econômica definida ontem pelo governo federal. A presidente Dilma Rousseff anunciou Joaquim Levy como novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa para o Planejamento e a manutenção de Alexandre Tombini à frente do Banco Central.

Levy descartou pacotes econômicos e promete transição suave, Barbosa disse que a proposta orçamentária é o desafio mais imediato e Tombini promete conversão da inflação para o centro da meta.

No Senado, Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Paulo Bauer (PSDB-SC) comentaram as mudanças em discursos na tribuna. Bauer fez críticas à escolha de Levy, enquanto Gleisi disse que os escolhidos são sérios e competentes. Ela garantiu que não será ministra no segundo mandato de Dilma.

O líder do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado, Eunício Oliveira (CE), elogiou as mudanças.

— Eu servi ao Brasil ao lado do então presidente Lula e o Joaquim Levy era do Tesouro Nacional. Alguém que tem

experiência na área, que tem credibilidade. Convivi como líder com o agora ministro Nelson Barbosa. Acho que a presidente fez a escolha adequada e espero que isso gere confiança — disse.

O senador negou que já tenha sido convidado para integrar o novo grupo de ministros. O nome de Eunício vem sendo citado pela imprensa como uma possibilidade.

— Meu projeto é ficar aqui no Senado e continuar, se assim meu partido entender, como líder nacional do PMDB e do Bloco da Maioria — afirmou.

Bauer diz que indicação de Levy para a Fazenda é “estelionato eleitoral”

Paulo Bauer disse considerar um “estelionato eleitoral” escolher Levy para a Fazenda. O senador lembrou que durante a campanha eleitoral a presidente Dilma demonizou as ideias de Armínio Fraga, o formulador da política econômica do candidato do PSDB, Aécio Neves, e agora entrega os destinos da economia a um aluno de Fraga.

Segundo Bauer, Levy e Fraga compartilham o mesmo pensamento econômico: acreditam na ortodoxia, no liberalismo, no controle dos gastos públicos, no cumprimento das metas de inflação e na transparência. Bauer afirmou que Levy é qualificado, mas precisa de autonomia.

— A presidente deve dar ao ministro condição de trabalho para formular uma política econômica que leve o Brasil a um patamar melhor.

Gleisi rebate críticas e cita trabalho feito em transição de governos

Gleisi Hoffmann rebateu a crítica de Bauer, dizendo não haver contradição na indicação de Levy. Ela lembrou que Joaquim Levy trabalhou na equipe de transição entre os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ajudando a construir as bases do enfrentamento da fome, da miséria e das políticas sociais dos últimos governos.

Gleisi também comemorou estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelando que a desigualdade entre as grandes cidades diminuiu nos últimos dez anos. Citou ainda dado divulgado pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que indica que o país obteve a segunda menor taxa de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988.

Gráfica celebra aniversário de 51 anos no Dia de Ação de Graças

A Secretaria de Editoração e Publicações fez duas celebrações religiosas ontem, Dia de Ação de Graças, para comemorar 51 anos. Pela manhã, o padre Abdon Dias Guimarães celebrou uma missa para os católicos. Às 14h, o pastor Raimundo Laranjeiras, da Igreja Deus do Brasil, ministrou um culto para os evangélicos.

O diretor da Gráfica, Florian Augusto Coutinho, disse que o momento é de comemorar

a chegada do final do ano, reunir colegas e familiares e prestar contas do trabalho.

Raimilda Bispo, das Edições Técnicas, organizou o evento com patrocínio da Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe). Os funcionários receberam de lembrança uma caixinha de recados personalizada.

Os aposentados foram homenageados e presenteados com um certificado de gratidão pelos serviços prestados.



Servidores assistem à missa de aniversário em ambiente decorado na Gráfica

Comissão de consolidação das leis federais se reunirá na quarta-feira

Por causa da sessão do Congresso Nacional na terça-feira, foi adiada para a quarta a reunião da Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais. A mudança foi anunciada pelo presidente do colegiado, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), ontem.

Na pauta, dois relatórios do

senador Romero Jucá (PMDB-RR): um regulamenta a demarcação de terras indígenas (parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição) e outro trata da defesa dos usuários de serviços públicos (artigo 37, inciso I, da Constituição e artigo 27 da Emenda Constitucional 19). A reunião será na sala 13 da Ala Alexandre Costa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/ecidadania

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Em reunião da CPMI, Márcio Bonilho, sócio da Sanko-Sider, justificou pagamentos a Youssef como remuneração por intermediação em negócios lícitos com empreiteiras

Empresário diz que repasses a doleiros são legais

O EMPRESÁRIO MÁRCIO Bonilho, sócio da empresa Sanko-Sider, declarou ontem à CPI Mista da Petrobras que contratou o doleiro Alberto Youssef para atuar como representante nas relações com empreiteiras que prestam serviços à estatal. Também admitiu ter conhecido o ex-diretor de Abastecimento da petrolífera Paulo Roberto Costa dois anos após o executivo ter deixado a companhia. Bonilho negou, no entanto, haver ilegalidade nos negócios firmados por ele com Youssef e Costa — ambos presos pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato, que investiga esquema de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro.

Sobre as 12 negociações de intermediação feitas com Youssef, o empresário disse que os pagamentos ao doleiro — cerca de R\$ 38 milhões — foram regulares, com notas fiscais registradas na Receita Federal.

— Eu tive uma conversa muito franca com o senhor Alberto Youssef e disse assim: nossa empresa tem notas fiscais eletrônicas. Contabiliza todas as notas. Paga via sistema bancário. Então, se você colocar notas fiscais problemáticas, vocês terão problemas, porque eu vou informar esse tipo de coisa. Eu só posso fazer operações legais. Eu não faço absolutamente nada ilegal — contou Bonilho.

A Sanko-Sider vendeu o equivalente R\$ 198 milhões de produtos e serviços para a construtora Camargo Córrea, com a ajuda de Youssef, em um período de cerca de quatro anos. Bonilho afirmou que praticou



Ao lado do senador Gim (2º à dir.) e do deputado Afonso Florence (D), Bonilho nega irregularidades e diz que pagamentos foram registrados na Receita

preços abaixo do mercado.

O executivo informou também que conta com uma rede de representantes, a quem paga comissões entre 3% e 5% do total das vendas. Para Youssef, porém, o valor chegava a 15%. Bonilho explicou que o volume das negociações intermediadas pelo doleiro compensava as comissões mais altas.

O sócio da Sanko-Sider disse que os negócios diretos com a Petrobras não significam 2% do faturamento da empresa dele e que as vendas à estatal são feitas via internet, num negócio impessoal e informatizado. Segundo o executivo, a Sanko-Sider não é empreiteira, mas importadora de produtos siderúrgicos, com os mesmos sócios há 18 anos, 8 mil clientes ativos

e mais de 200 funcionários. A atuação da empresa também é investigada pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato.

Intermediação

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) quis saber de Bonilho o que o levou a contratar, como intermediário nos negócios, um doleiro que à época já tinha passagens pela polícia. O empresário afirmou que, no início, não conhecia a reputação de Youssef, mas depois foi alertado por um amigo. Ele admitiu, porém, que optou por continuar com o acerto, uma vez que era muito vantajoso para a Sanko-Sider.

O relator em exercício da CPI mista, deputado Afonso Florence (PT-BA), afirmou ter ficado claro que Bonilho

conhecia as operações de Youssef. Por isso, na opinião de Florence, a comissão tem que confrontar o depoimento do empresário com as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público.

— Ficou evidente que ele [Bonilho] era um canal da relação do doleiro com as empreiteiras, apesar de ele reconhecer esses fatos com um conjunto de argumentos que buscam isentá-lo.

Sobre as relações com Paulo Roberto Costa, o empresário contou que fechou um único contrato de quatro meses com a Costa Global Consultoria, empresa do ex-diretor da Petrobras.

A CPMI volta a se reunir terça-feira, quando deve ocorrer acareação entre Paulo Roberto Costa e o também ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Comissão vota relatório do Código de Processo Civil na quinta

A comissão temporária que examina o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do novo Código de Processo Civil (PLS 166/2010) votará na quinta-feira o relatório elaborado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O documento foi apresentado ontem e, em seguida, o presidente da comissão, José Pimentel (PT-CE), concedeu vista coletiva.

O texto original do PLS 166/2010 foi elaborado a partir de anteprojeto apresentado por uma comissão de juristas instituída, em 2009, pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O projeto passou pela comissão temporária do Senado e foi aprovado pelo Plenário em 2010. Analisado pela Câmara, onde recebeu diversas alterações, retornou ao Senado em abril deste ano, na forma de substitutivo.

Após a aprovação do parecer da comissão, o substitutivo da Câmara ainda vai a Plenário para votação final.

A reforma busca simplificar os processos e acelerar as decisões da Justiça, inclusive por meio da eliminação de parte dos recursos hoje permitidos. Entre as inovações, está a previsão de uma fase prévia



José Pimentel (ao microfone) marcou para a próxima semana exame do relatório do senador Vital do Rêgo (E)

de conciliação e mediação entre as partes, por meio de centros judiciários de solução de conflitos, para tentar evitar que a demanda prossiga pela via judicial.

Para Vital do Rêgo, da atuação do Congresso Nacional nascerá um novo diploma legal, que poderá ser conhecido como o Código do Processo Civil Cidadão, porque o texto em estudo vai resultar no primeiro código nascido em período efetivamente democrático, com plenas garantias de direitos.

O relator ressaltou que o texto vigente foi adotado em 1973, durante o regime mili-

tar, ficando conhecido com o Código Buzaid, em alusão ao então ministro da Justiça. O anterior foi concebido também durante um regime de exceção, o Estado Novo, na Era Vargas.

Inovações

Uma das inovações do novo Código de Processo Civil em debate é um dispositivo para assegurar solução mais rápida para ações semelhantes que costumam abarrotar o Judiciário. É o caso de processos sobre planos econômicos, questões previdenciárias e queixas de consumidores contra concessionárias de serviços. Por meio do chamado incidente

de resolução de demandas repetitivas, um juiz pode decidir uma dessas ações e determinar que a solução seja adotada para todos os demais casos.

O relator optou, no entanto, pela restauração do texto original do Senado para esse dispositivo, que autoriza a instauração do incidente ainda na primeira instância. Na Câmara, os deputados haviam estabelecido que apenas um tribunal de Justiça ou o Tribunal Regional Federal poderia decidir questão por meio desse instrumento para aplicação a todos os casos.

No relatório apresentado, Vital do Rêgo mantém a maio-

ria dos aperfeiçoamentos sugeridos pelos deputados — 14 de quase 20 dispositivos. Uma dessas inovações tem por fim limitar o acesso do Estado ao duplo grau de jurisdição, ou seja, de recorrer em segunda instância, mas isso em relação às causas de baixa efetividade nos resultados.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP), relator do projeto do CPC na Câmara, que acompanhou a apresentação do relatório na comissão temporária, destacou que essa medida é fundamental para desafogar o Judiciário.

Segundo ele, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios são os maiores litigantes do país. Para resolver o problema, o texto determina situações e regra de valores (que variam pelo tipo de ação) para dispensar os entes públicos da atual obrigação de exercer o duplo grau de jurisdição.

Teixeira chegou a sugerir à comissão de senadores uma reunião para que eles ainda pudessem avaliar pontos excluídos, que ficou marcada para quarta-feira, um dia antes da votação do relatório no Senado.



Fernando Vidal (ao microfone), aprovado para o Haiti, é sabatinado na Comissão de Relações Exteriores, em reunião coordenada por Suplicy (2º à dir.)

Humberto registra os dez anos da Força Nacional

Humberto Costa (PT-PE) prestou homenagem à Força Nacional de Segurança Pública, que completa dez anos amanhã. O senador ressaltou que a corporação pode ser acionada para conter atos que atentem contra a lei e a ordem e que possam sair do controle das forças policiais locais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Além do comando em Brasília, atualmente a Força Nacional está presente em 16 estados, com a atuação de cerca de mil profissionais.

O senador lembrou que a Força Nacional foi idealizada em 2004, pelo ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, falecido na semana passada. A instituição funciona a partir da cooperação entre a União e estados e foi inspirada em modelo da ONU para solução de conflitos.

Anibal destaca conexão ferroviária Brasil-Peru

Anibal Diniz (PT-AC) destacou memorando de intenções para a criação de um grupo de trabalho trilateral para o avanço do projeto de conexão ferroviária bioceânica entre Peru e Brasil, com a participação da China.

O senador também ressaltou a aprovação de emenda ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 prevendo a continuidade dos estudos da Ferrovia Transcontinental passando por Rondônia, a partir dos municípios de Porto Velho e Vilhena. A emenda também contempla Mato Grosso, estendendo-se a Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC) até o Peru.

— Havendo essa conexão ferroviária bioceânica, certamente vai haver uma discussão sobre quais estados da Federação pleiteariam esse interesse. O Acre tem total interesse em que essa ferrovia tenha o traçado também passando pelo estado — afirmou Anibal.

Casildo quer estímulo à geração de energia limpa

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu em Plenário investimentos em produção de energia alternativa, como a solar e a eólica.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ele registrou a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do PLS 317/2013, do senador Ataídes Oliveira (Pros-TO), que isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes para geração elétrica a partir da energia solar. Como foi aprovada terminativamente, a proposta será encaminhada diretamente à Câmara, se não houver recurso ao Plenário.

— Atualmente, grande parte dos equipamentos necessários para produção de energia solar ainda são importados. A iniciativa poderá estimular a produção desse tipo de energia no país — disse o senador.

Missão no Haiti será reduzida aos poucos, diz indicado à embaixada

Nome de Fernando Vidal foi aprovado em comissão, assim como o dos escolhidos para Nepal e Jamaica. Plenário decide em breve

A MISSÃO DAS Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, será gradualmente reduzida até que as autoridades do próprio país tenham condições de manter a ordem e a segurança. A informação é de Fernando de Mello Vidal, cuja indicação para ser embaixador naquele país foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Na mesma reunião, foram aprovadas indicações para as embaixadas do Nepal e da Jamaica.

— A tendência é de prorrogação da missão, com redução de efetivos, até 2016, quando se espera que a polícia nacional do Haiti possa caminhar com as próprias pernas — disse Vidal.

O diplomata afirmou que o Brasil tem compromisso com o Haiti “com ou sem força de paz”. Ele recordou que 80% dos haitianos enfrentam problemas de desemprego, falta de energia e pobreza. Por isso, observou, o governo brasileiro tem se empenhado em promover programas de cooperação técnica, especialmente nas áreas de saúde e segurança alimentar.

O Haiti, segundo Vidal, conta com 2 milhões de emigrantes — em países como Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e Brasil —, que enviam US\$ 2 bilhões por ano à terra natal. Desde a grande onda de emigração para o Brasil em 2013, esclareceu, o governo tem procurado desestimular a entrada irregular de haitianos. Atualmente, são concedidos cerca de 600 vistos por mês.

Anibal Diniz (PT-AC) recordou que a entrada de haitianos causou “grande desconforto” no Acre, que não estava preparado para recebê-los. Sérgio Petecão (PSD-AC) demonstrou

preocupação com a possibilidade de aumento do fluxo de imigrantes para o Acre. Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou se o Haiti poderia vir a ser incluído na lista de “países inviáveis”, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP), que presidiu a reunião, considerou “insuficiente” a ajuda internacional.

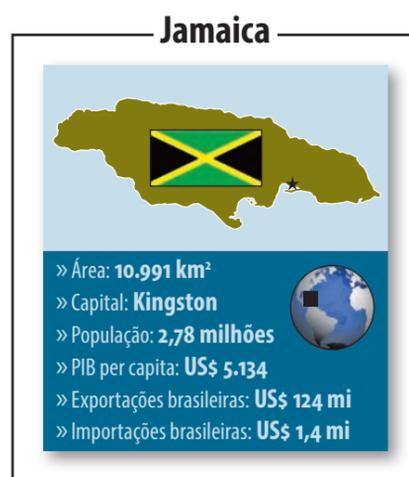
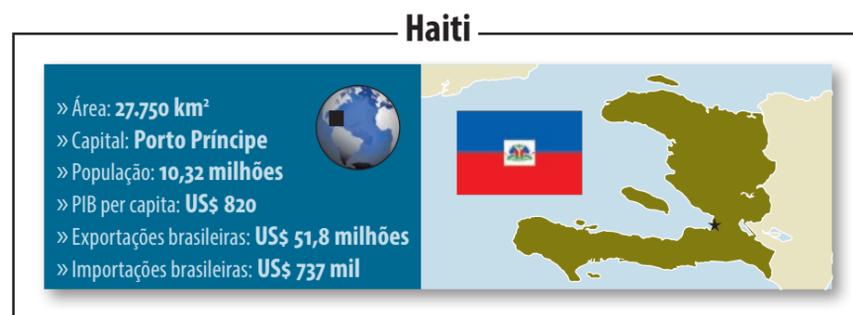
Nepal e Jamaica

Indicada para representar o Brasil no Nepal, Maria Teresa Mesquita Pessoa anunciou que uma das prioridades é a questão de energia. O país, informou, tem potencial hidrelétrico de 42 mil megawatts, o que já atraiu o interesse de empresas brasileiras. O consórcio

Braspower obteve a concessão para construir uma usina no Rio Arun.

O governo do Nepal fixou acordo com a vizinha Índia para exportar energia. As autoridades nepalesas veem o Brasil como parceiro no setor elétrico, disse a diplomata.

Aprovado para a Embaixada da Jamaica, Carlos Alberto Michaelsen den Hartog afirmou que a intenção será atrair empresas brasileiras para a construção, no país, de um grande “hub logístico” — centro de operações para distribuir cargas, atividades ou pessoas —, que atenda os mercados do Caribe e sul dos Estados Unidos. As indicações seguem agora para o Plenário.



Fonte: MRE

Será promulgada proposta que aumenta repasse a municípios

Os repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentarão um ponto percentual até 2016. A mudança está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2013, da senadora Ana Amélia (PP-RS).

O texto, analisado pelo Senado em agosto, foi aprovado pela Câmara anteontem. A data da promulgação ainda não foi definida.

Pela proposta, em julho de 2015 passa a vigorar metade do novo repasse e, em julho de 2016, a outra metade. A Constituição determina que a União

repassa ao fundo 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a PEC, o total passa a 24,5%.

Na avaliação do senador Walter Pinheiro (PT-BA), a mudança constitui um avanço no fortalecimento da situação fiscal dos municípios.

— Vamos considerar como mais um passo, mas outras propostas de um novo pacto federativo precisam caminhar — disse o senador.

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a aprovação permitirá aos municípios investir mais em saúde, educação,

segurança e na melhoria da qualidade de vida da população. Ele destacou a importância de um pacto federativo.

— Não dá para os governadores e prefeitos virem a Brasília sempre com o pires na mão, dependendo politicamente da vontade do governo central — argumentou.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, declara, na página da confederação na internet, que o aumento significa muito para as prefeituras, que recebem diariamente novas atribuições sem a devida fonte de financiamento.

Médico poderá solicitar exame quando julgar necessário. Este ano, 68,8 mil novos casos da doença devem ser registrados no país

Lei estimula identificação precoce do câncer de próstata pelo SUS

FOI SANCIONADA PELA presidente Dilma Rousseff a Lei 13.045/2014, que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer exames para a detecção precoce do câncer de próstata sempre que, a critério médico, o procedimento for considerado necessário. A medida foi publicada no *Diário Oficial da União* na quarta-feira e também determina que profissionais de saúde devem ser capacitados para novos avanços nos campos da prevenção.

A lei é originária do PLS 34/2005, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovado no final de outubro pelo Plenário do Senado.

Para fortalecer o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a lei também prevê a sensibilização de profissionais de saúde por meio da capacitação e da reciclagem em relação aos novos avanços nos campos da prevenção e da detecção precoce da doença.

Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) indicam que, no Brasil,



Congresso aprovou o projeto mês passado e, com iluminação especial, participa do Novembro Azul

o câncer de próstata é o segundo mais comum entre homens, depois do tumor de pele. A estimativa é que, neste ano, 68,8 mil novos casos de câncer de próstata sejam registrados no país.

O Congresso aderiu à campanha Novembro Azul, sobre o câncer de próstata. O Palácio do Congresso está iluminado, durante todo o mês, para chamar a atenção para o tema.

Gurgacz elogia redução da conta de luz em RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou a redução média de 3,78 % nas contas de luz em Rondônia, decidida esta semana pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ele acredita, no entanto, que o desconto poderia ser maior, já que no Acre a energia ficará 15,9 % mais barata.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Se Rondônia fornece parte da energia consumida pelos acrianos, por que a redução foi maior no Acre? — questionou.

O senador defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada por ele que destina aos estados com hidrelétricas parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da energia. Atualmente, o imposto fica com o estado consumidor.

Gurgacz também registrou que amanhã será o Dia do Bem, em Rondônia. Haverá doação de alimentos, roupas e brinquedos, além de serviços de saúde e de cidadania, como a emissão de segunda via de documentos.

Senadores defendem aprimoramento da análise de vetos

Na quarta-feira, senadores aproveitaram o encerramento da ordem do dia da sessão deliberativa para debater formas de tornar mais ágil e eficiente a apreciação de vetos presidenciais pelo Congresso. O presidente do Senado, Renan Calheiros, advertiu que a ausência de normas regimentais sobre o assunto é um problema sério.

— É preciso votar um projeto de resolução que estabeleça regras — disse Renan, lembrando que atualmente o Congresso tem que aplicar à votação dos vetos um regimento da época em que o voto não era aberto, como hoje estabelece a Constituição.

A sessão do Congresso de terça-feira, que examinou 38 vetos presidenciais de uma só

vez, foi tumultuada por desentendimentos sobre a forma de votação. Renan optou por usar cédula única para todos os itens. A oposição protestou, por entender que deveria ser adotada a votação de cada veto pelo painel eletrônico.

A apreciação de vetos pelo Congresso deixou de ser secreta com a promulgação da Emenda Constitucional 76, em novembro de 2013. O Regimento Comum, entretanto, não foi adaptado para prever regras para a votação aberta.

Segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o procedimento de votação eletrônica não é inviável, desde que o Congresso atenda às convocações e não se abstenha de deliberar.

— Penso que é perfeitamente factível votarmos com o processo eletrônico se administrarmos bem o nosso tempo, se não tivermos receio de enfrentar o governo — defendeu o senador.

José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, rebateu as palavras de Aloysio. Ele disse que nunca houve interferência do Executivo para esvaziar as votações de vetos.

— Quem diz isso falta com a verdade. A presidente tem dito que o Congresso é soberano para analisar, votar e deliberar — garantiu.

Eduardo Braga (PMDB-AM) concordou com Pimentel e afirmou que a oposição usou todos meios possíveis para derrubar as sessões por motivos alheios ao Parlamento.

Para Braga, apreciação regular exige novas regras

Eduardo Braga observou que a apreciação de vetos com regularidade é uma prática relativamente recente do Congresso, o que gera a necessidade de padronizar os procedimentos.

— Apreciar o veto é um dos atos mais importantes do Parlamento e ficamos durante anos sem fazer isso. Encontrar um mecanismo para votá-los é uma questão que está nos desafiando — afirmou.

Desde março de 2013, o Congresso se reuniu em sete sessões para apreciação de vetos presidenciais. Desde

1992, quando foi implantada a cédula de votação, foram apenas 32 sessões — média de pouco mais de uma por ano.

José Agripino (DEM-RN) também valorizou a apreciação de vetos.

— Não há nada mais importante para o Parlamento do que apreciar o veto do Executivo a uma matéria que foi aprovada. É importante ter assiduidade para que os vetos não se acumulem e se possa ter uma sessão com o contraditório colocado e o voto “sim” ou “não” no painel — opinou.

16 DIAS DE ATIVISMO

Pelo fim da violência contra as mulheres

Quando você não me deixa sair sem você, isso também é violência

Passividade, excesso de sono e baixo contato social são alguns dos sintomas que podem ser sinais de desenvolvimento do transtorno. Descoberta precoce permite tratamento e melhora vida das crianças



Maria Clara Nassif apresenta pesquisa que encontrou método para detectar autismo ainda na primeira infância

Profissionais alertam para sinais precoces do autismo

A DETECÇÃO E o tratamento precoce de uma criança com o transtorno do espectro autista farão uma enorme diferença na qualidade de vida dela. Essa é a abordagem das pesquisas apresentadas ontem pela psicóloga brasileira Maria Clara Nassif e pela neuropsicóloga francesa Bernadette Rogé durante a 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, promovida pelo Senado.

Maria Clara Nassif desenvolveu um método com técnicas terapêuticas e sociais voltadas para crianças com o transtorno autista a partir da observação de traços comportamentais atípicos durante a primeira infância — como passividade, excesso de sono e baixo contato social.

O objetivo do método, denominado de Programa de Acompanhamento Intensivo e Sistemático aos Pais (Pais), é buscar o estímulo da linguagem e a interação com parentes, profissionais e demais crianças, com resultados positivos baseados em interações com o Centro Pró-Autista Social, em São Paulo.

— Nós não podemos ter

medo do autismo e não devemos entendê-lo como doença — afirmou.

De acordo com a psicóloga brasileira, ainda há falta de rigor metodológico na abordagem dessa questão no Brasil e preconceito por parte de diversos profissionais da área médica. Ela recomendou a adoção do método Pais como instrumento de política pública.

Tratamento

O procedimento também foi elogiado pela neuropsicóloga Bernadette Rogé. A profissional francesa considera necessário alertar a quem atua na área médica para a importância de um olhar cuidadoso às primeiras manifestações do transtorno em uma criança.

Isso porque, explicou ela, a tendência ao autismo já pode ser detectada a partir dos 6 meses de idade. Com a descoberta precoce, o tratamento terá um grande impacto na qualidade de vida da criança e também para os pais. Segundo Bernadette, mesmo na França não é incomum encontrar pediatras ou outros profissionais da área médica

que têm receio de abordar a questão com os pais, a partir da percepção de alguns traços de comportamento da criança que podem indicar a tendência ao transtorno.

Primeira infância

O Senado realiza a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, pelo sétimo ano consecutivo, reunindo especialistas de diversos estados e de outros países para divulgar e discutir estudos e projetos desenvolvidos no Brasil e no mundo.

Este ano, o tema central são as neurociências e as ações na área de educação: como evoluem, que desafios encontram — tais como autismo e TDA-H —, as últimas descobertas e perspectivas.

As atividades, iniciadas na segunda-feira com palestras e conferências em Brasília, prosseguem hoje em Niterói (RJ), no Auditório Florestan Fernandes da Universidade Federal Fluminense, co-realizadora do evento. Estão previstos mais três painéis de debates.

Mais informações no site do evento: <http://bit.ly/infanciapaz>

Walter Pinheiro cobra votação de projetos pelo Plenário

Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou que o Senado Federal demore tanto para votar projetos importantes, como o de regularização de incentivos fiscais, o da unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o da Lei Geral das Antenas.

Pinheiro protestou contra o fato de que as matérias ficam prontas para serem analisadas, mas a decisão de colocá-las efetivamente em votação vai sendo adiada.

O senador disse que se



Jefferson Rudy/Agência Senado

cobra tanto das operadoras uma melhor qualidade na internet, mas não se criam as condições para um bom serviço de banda larga

em todo o país. A solução passa pela aprovação do projeto da Lei das Antenas, frisou ele.

— É fácil cobrar para fora, mas mais fácil ainda é não cumprir nossa parte aqui dentro. Isso me deixa muito triste, porque temos a oportunidade de fazer e tratamos como se fosse extremamente difícil de executar — lamentou.

Anibal quer votação rápida de PEC que estimula a ciência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, que atualiza o texto constitucional no capítulo referente a ciência e tecnologia para dar ao setor mais incentivos financeiros e apoio do Estado na formação de profissionais e na cooperação científica.

Anibal Diniz (PT-AC) pediu que a PEC seja analisada na semana que vem pelo Plenário do Senado, em regime especial, de modo que ainda



Waldemir Barreto/Agência Senado

neste ano a comunidade científica nacional já conte com um texto constitucional atualizado.

— De tal maneira que os fazedores de ciência e tecnologia do Brasil, as instituições abnegadas que produzem ciência e tecnologia no Brasil, possam contar com um instrumento a mais de simplificação na busca da viabilização dos seus projetos. Certamente, todas as entidades que se mobilizaram na construção dessa proposta vão aplaudir essa decisão do Senado — disse o senador.

Requião defende distribuição automática de relatorias

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem urgência na tramitação de projeto de autoria dele que institui a distribuição eletrônica automática de relatorias de projetos nas comissões permanentes do Senado.

Requião explicou que o projeto de resolução propõe a adoção de um mecanismo de transparência e impessoalidade na distribuição de relatorias e poderia ser votado de imediato, independentemente de ampla modificação do



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regimento Interno. Para o senador, atualmente a distribuição de relatorias é feita de forma pouco democrática, pela vontade dos presidentes das comissões permanentes ou da Mesa do Senado.

— Não é possível o monopólio das relatorias. Será que temos aqui alguns doutrinadores geniais que têm direito ao monopólio de todas as matérias importantes do Congresso Nacional para o bem ou para o mal? Não está certo isso — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Relatora quer evitar excesso de rigor com ONGs

Aumento da burocracia pode prejudicar atuação, disse Gleisi Hoffmann em debate sobre medida provisória que adiou prazo para entrada em vigor do marco legal do setor

ENCONTRAR FORMAS DE garantir uma relação transparente no repasse de recursos públicos para organizações não governamentais (ONGs), porém sem aumentar a burocracia e o rigor excessivo na relação com o governo. Esse foi o pedido da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora da Medida Provisória (MP) 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do marco legal para as organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014). A medida, que valeria a partir do fim de outubro, foi adiada a pedido das organizações não governamentais para terem mais tempo e se adequarem à nova lei.

— Existem alguns artigos da lei que são extremamente duros e não correspondem ao cotidiano dos serviços prestados por entidades da sociedade civil. Não desejamos que o aumento da burocracia sobre essas entidades as transforme em órgãos estatais — ponderou.

A senadora participou, quarta-feira, de audiência, com parlamentares e representantes do governo, na comissão mista que analisa a MP.

O secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo de Sant'Ana, defendeu que o marco legal entre em vigor em "prazo razoável". Ele ressaltou,



Gleisi Hoffmann (2ª à esq., à mesa), ao lado do deputado Marcelo Castro (C) e convidados da audiência sobre a MP 658/2014

no entanto, a necessidade de aprimorar o texto da lei em relação às penas aplicadas às entidades privadas.

— É preciso evitar o excesso de controle e, por consequência, a criminalização burocrática das organizações. Muitas vezes, isso acontece em decorrência de algum erro formal que ficou sem apuração ou quando a entidade não tem condições de apresentar detalhadamente a execução dos gastos. E existem os reais casos de fraude, os quais devem ser apurados com rigor — disse.

A representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Vera Masagão, mencionou a origem do marco regulatório das ONGs no âmbito das comissões parlamentares de

inquérito (CPIs) criadas para apurar fraudes. Para ela, a nova lei traz penas rígidas.

— Temos visto casos gravíssimos de uso ilícito de recursos públicos envolvendo vários setores, como os administradores públicos, empresas privadas e organizações sem fins lucrativos. Mas não é justo que só as organizações sem fins lucrativos, exatamente por estarem atendendo setores mais desfavorecidos, sejam excessivamente culpadas e tenham regras mais rígidas — argumentou.

Prestação de contas

Favorável à fiscalização "precisa, mas não excessiva do repasse de recursos públicos", o secretário-executivo da Controladoria-Geral da

União (CGU), Carlos Higino, também se preocupou com o aumento do controle sobre o parceiro privado. Segundo ele, a legislação atual facilita a prestação de contas de parcerias com valores inferiores a R\$ 600 mil, que equivalem a 80% delas.

— Grande parte dessas entidades privadas está nessa situação. Dessa forma, a regulamentação da prestação de contas simplificada vai facilitar bastante a vida das organizações. O prazo para o poder público analisar todas as contas da parceria é longo. Já o prazo para que as organizações prestem os esclarecimentos é curto — disse.

Para Diogo de Sant'Ana, no caso específico da responsabilidade solidária dos dirigentes

das organizações da sociedade civil, o tratamento que foi dado na lei vai além do que já é feito pela legislação. Desse modo, segundo ele, caberá à senadora Gleisi "fazer os ajustes no relatório para evitar que as ONGs tenham uma discriminação ainda mais negativa do que a aplicada às empresas".

A Lei 13.019/2014 determina que, em casos de irregularidades na prestação de contas das organizações da sociedade civil, o valor do ônus seja ressarcido pelo patrimônio dos dirigentes das entidades.

Vera Masagão avaliou a medida como negativa. Para ela, a regra é válida atualmente no caso das relações trabalhistas.

Gustavo Cezário, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), acredita ser necessário fixar prazos diferentes para os municípios se adaptarem à nova lei, de acordo com o critério demográfico. Dessa forma, os municípios com mais de 100 mil habitantes teriam maior prazo do que aqueles com 50 mil.

— Se é possível aprender com os municípios mais avançados, aos pequenos municípios deve ser concedido um prazo maior — afirmou.

Gleisi Hoffmann assinalou que vai considerar as sugestões apresentadas para elaborar o relatório sobre a MP. A próxima reunião da comissão ocorre em 10 de dezembro.

Paulo Paim critica decisões do STF que seriam prejudiciais aos trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem preocupação com medidas aprovadas no Supremo Tribunal Federal (STF) ou em tramitação no Congresso que, na avaliação do senador, prejudicam os trabalhadores.

Ele informou que o Supremo decidiu, há poucos dias, que a empresa que não depositar o dinheiro do Fundo de Garantia só terá que pagar ao trabalhador os últimos cinco anos de FGTS. Paim considera a medida inaceitável, porque beneficia o empregador que não depositou o FGTS e incentiva o não cumprimento dessa obrigação.

— Antes ele pagava os últimos 30 anos. E agora, ele não paga, deixa de pagar 1 ano, 2 anos, 10, 20, 30, 40 anos e vai pagar somente os últimos 5 anos. Sinceramente, estou preocupado com essa decisão do Supremo — disse.

O senador também criticou projetos em tramitação no Congresso, como os que favo-

recem a terceirização de trabalhadores.

Na quarta-feira, Paim comemorou em Plenário a aprovação do projeto que prioriza a guarda compartilhada dos filhos em caso de desacordo entre os pais após a separação. O PLC 117/2013, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pode acabar com prolongadas disputas judiciais.

No mesmo pronunciamento, Paim pediu a aprovação do PLN 31/2014, que prevê crédito adicional de R\$ 248,2 milhões ao Ministério da Previdência Social. O dinheiro deve ser usado para cumprir sentença judicial favorável ao fundo Aerus, que reúne aposentados e pensionistas de Varig, Cruzeiro e Transbrasil. Ontem, o senador leu manifesto em que aposentados e pensionistas do Aerus pedem a aprovação, pelo Congresso, de projeto que garante o pagamento integral de seus benefícios, direito já reconhecido pela Justiça.

Suplicy defende implantação da renda básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que aguarda um encontro com a presidente Dilma Rousseff para tratar da criação do Programa de Renda Básica de Cidadania.

Ele lembrou que a lei que cria o benefício foi sancionada em 2003 pelo então presidente Lula. A legislação estabelece que a renda básica deve ser implantada de forma gradual, em substituição ao Programa Bolsa Família.

Para Suplicy, um grupo de estudos deve ser definido pelo governo para a implantação efetiva da lei.

Ele citou países que têm partidos cujos programas preveem a renda básica de cidadania. Um deles é a Espanha, onde um novo partido, o Podemos, que se formou a partir de movimentos sociais, propõe em um dos seus artigos uma renda básica para todos.

Petecão nega relação com fraude no seguro-defeso

Sérgio Petecão (PSD-AC) contestou informações que ligavam o nome dele à distribuição irregular de carteiras de pescador no Acre. Ele citou notícias sobre investigação da Polícia Federal e do Ministério Público a respeito de denúncias de troca de votos pelos documentos que dão direito ao seguro-defeso, um benefício em dinheiro que é concedido aos pescadores nos períodos de pesca proibida.

Petecão afirmou que não tem relação com o grupo político ligado às fraudes e criticou parte da imprensa que, diante da denúncia, vasculhou a vida dele por motivos não relacionados.

O senador ressaltou a importância do seguro-defeso no Acre para os pescadores. Porém, segundo ele, nos "quatro cantos" do estado há troca de votos por carteiras de pescador.

Mudar o superávit fragiliza a economia, alerta Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que não cumprirá a meta do superávit primário "é falta de rumo do governo federal, mas autorizar o não cumprimento da meta é falta de rumo do Congresso".

O senador afirmou que o projeto de lei que o governo mandou ao Congresso, mudando o superávit primário, "é uma tentativa de macular a economia". Para ele, se a mudança for aprovada pelo Congresso, vai fragilizar a economia, provocando de imediato o aumento dos juros e a perda de credibilidade.

— Se aprovarmos esse projeto, vamos passar um recado de que as leis são feitas apenas quando atendem aos interesses do governo. Quando o governo é capaz de cumpri-la, a gente cumpre. Quando o governo não é capaz de cumprir, a gente muda a lei.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em encontro ontem, debatedora disse que vítimas de assédio sexual precisam se encorajar e buscar provas contra assediadores. A falta de representatividade feminina no Parlamento, que enfraquece a discussão de pautas de interesse da mulher, foi outro ponto debatido

Advogada defende que mulheres percam medo e denunciem assédio

AS MULHERES DEVEM perder o medo e entender que são seres humanos plenos de direito. Quando vítimas de assédio sexual, precisam se encorajar, juntar provas e denunciar seu assediador, seja para a direção da empresa, seja para a direção da empresa, seja à Justiça ou à polícia. Esse é o conselho da advogada e procuradora de Justiça aposentada do Ministério Público de São Paulo Luiza Nagib Eluf.

Ela participou ontem do Projeto Quintas Femininas, promovido pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado. O debate integrou as atividades do movimento 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

— Enquanto nós estivermos pensando que a mulher é fraca, nós seremos fracas. Enquanto tivermos medo, nós sofreremos abusos, agressão sexual, assédio no local de trabalho aos montes — alertou.

Luiza explicou que, apesar das mudanças na legislação ao longo dos anos — até 1972, as mulheres não podiam ter bens e precisavam de autorização do marido para viajar, por exemplo —, a cultura da submissão feminina ainda é muito arraigada na sociedade, inclusive entre algumas mulheres que são machistas e não reconhecem sua condição feminina, explicou a advogada. Por isso, há tanto medo de lutar por direitos humanos e sexuais e pelo tratamento igualitário, cidadão. Para ela, é imprescindível tornar as mulheres conscientes.



Luiza Eluf, Rodrigo Brum e Maria da Conceição no debate sobre assédio sexual promovido pelo Projeto Quintas Femininas

— Não tenham medo, ninguém pode mais do que aquela que está na sua razão, no seu direito. Criminoso é quem assedia, eu sou vítima. O Estado tem o dever, a incumbência legal, constitucional e cidadã de me defender — afirmou a advogada.

Representatividade

Maria da Conceição Alves, consultora legislativa do Senado para a área de direitos humanos, frisou a baixa representatividade feminina no Parlamento, o que, na opinião dela, impacta na frequência e na quantidade de discussões sobre pautas de interesse da mulher. O próprio assédio sexual é pouco citado e debatido, até mesmo no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra

a Mulher, encerrada em 2013, avaliou. O intrigante, disse a consultora, é que as mulheres são maioria na população e no eleitorado, mas estão sub-representadas, o que depõe contra elas e o próprio sistema representativo.

— Não há como negar que os assuntos que dizem respeito às mulheres vão ser mais bem tratados quando o sistema representativo tiver um retrato menos masculino e patriarcal. Quem traz esses assuntos para dentro da Casa somos nós mesmas — declarou.

Na próxima legislatura, as mulheres serão menos de 15% na composição do Senado. Na Justiça, explicou a advogada Luiza Eluf, é diferente: como a entrada depende de concurso público, elas já são quase 50%. A baixa representatividade

está nos cargos de chefia, mas a tendência é de mudança. Na política, porém, as mulheres não recebem apoio nem mesmo do partido pelo qual concorrem, revelou.

O diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado, Rodrigo Brum, anunciou durante a reunião que está criando um grupo de trabalho para analisar e propor formas de tratamento para eventuais denúncias de assédio moral e sexual que possam ocorrer no Senado.

Foi distribuído um folheto sobre assédio sexual, com informações sobre o que o caracteriza, como prevenir e o que fazer em casos de constrangimento. Brum também informou que os debates sobre assédio sexual não vão se restringir à palestra de ontem.

Mozarildo contesta Jucá sobre críticas à corrupção em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) contestou críticas do senador Romero Jucá (PMDB-RR) a seu pronunciamento anterior, em que citava denúncias de corrupção na Prefeitura de Boa Vista.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Mozarildo também defendeu o ex-governador de Roraima Neudo Campos, que teria sido chamado de “homem mais corrupto deste país”. O senador esclareceu que todos os processos a que Neudo Campos responde se referem à mesma acusação.

Mozarildo destacou a eleição da governadora Suely Campos, esposa de Neudo, e atribuiu a Jucá a intenção de tentar estabelecer em Roraima sua “oligarquia imperial”, apesar das repetidas derrotas eleitorais no estado.

— Isso é muito ruim para o senador, porque ele considera que nós, que nascemos em Roraima ou que vivemos em Roraima, somos como aqueles garimpeiros que aparecem na novela: apenas temos que trabalhar e entregar a fortuna para eles. É o que ele vem fazendo — criticou.

Raupp propõe geração de energia elétrica alternativa

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu apoio do Senado a projeto de autoria dele que tem como objetivo



Moreira Matiz/Agência Senado

estimular a geração de energia elétrica por fontes alternativas, como os ventos, o sol e a biomassa. O texto do senador retira a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre operações de compensação em geração distribuída, corrigindo o que ele considera “um equívoco” da legislação que dificulta o retorno sobre o investimento na produção de eletricidade.

Raupp lamentou que a geração de energia elétrica ainda esteja excessivamente concentrada, um modelo que considera prejudicial ao meio ambiente e pouco vantajoso diante da demanda por austeridade econômica.

— Especialistas não hesitam em apontar a ênfase na geração distribuída como forma de mitigar um fator decisivo para a instalação e operação de novas unidades produtoras de energia — destacou o senador.

Senadores pedem mais atenção para a Embrapa

Sem reforço orçamentário, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) se distanciará do conhecimento tecnológico produzido por grupos estrangeiros, ampliando a dependência do agronegócio brasileiro de tecnologia gerada em outros países. O alerta foi feito pelos senadores Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) em reunião ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Eles pedem prioridade para investimentos na estatal.

Blairo Maggi lembra que a Embrapa foi essencial para a modernização da agricultura brasileira.

— Mas isso é passado, não acontece mais. A Embrapa não acompanhou o ritmo das grandes empresas de pesquisa agrícola no mundo, principalmente as multinacionais, que



Gurgacz, Blairo e Moka discutiram necessidade de investimentos na empresa

têm bilhões de dólares à disposição para fazer, por exemplo, pesquisa de transgênicos, seja no aumento de produtividade, no aumento de resistência a pragas ou de teor de açúcar na cana — exemplificou.

Os senadores consideram que, apesar dos crescentes volumes de produção, a agricultura brasileira enfrenta ameaça por

não contar com tecnologias nacionais e depender de conhecimento detido por grupos estrangeiros.

— Precisamos fortalecer a Embrapa, precisamos fazer com que a Embrapa volte aos bons tempos, nas décadas de 80 e 90 — opinou Moka.

Na reunião, Moka leu voto favorável ao PLS 201/2014, de

autoria do senador Ruben Figueiró (PSDB-MS), que altera a lei de criação da Embrapa (Lei 5.851/1972) e determina que os recursos da venda de produtos desenvolvidos em um centro de pesquisa da empresa sejam investidos na própria unidade. Por falta de quórum, a votação foi adiada.

Ainda na reunião, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) comentou dados do Ministério do Meio Ambiente que revelam que o desmatamento da Amazônia Legal caiu 18% entre agosto de 2013 e julho de 2014, em relação aos 12 meses anteriores.

— Não há mais necessidade de desmatar na Floresta Amazônica para o desenvolvimento das atividades produtivas. Basta usarmos as áreas degradadas ou fazermos as conversões das áreas de pastagem para áreas de plantio de grão — afirmou.